

## Nota da Edição

O primeiro número do volume 15 da Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), publicado agora, tem o condão de inaugurar a publicação em 2021, **o que também coincide com os quinze anos da Revista**, publicada ininterruptamente desde 2007, abordando sobretudo artigos do direito econômico da regulação financeira.

O número atual publica dez artigos, superando o número de artigos das últimas edições. Na linha dos três números publicados anteriormente, o que evidencia uma forte tendência, pelo menos três artigos selecionados abordam a relação entre direito, mercado financeiro e tecnologia, e a regulação consequente.

A edição é completada por sete artigos de naturezas diversas, como o papel do Banco Central em casos de liquidação extrajudicial; o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no combate à lavagem de dinheiro; o processo administrativo sancionador do Banco Central; o debate sobre os poderes emergenciais dos bancos centrais; a discussão sobre o patrimônio rural de afetação e o crédito rural; os desafios à governança global migratória e um debate sobre serviços públicos no âmbito do direito administrativo econômico.

O número apresenta ainda cinco manifestações jurídicas da PGBC, superando o número de manifestações publicadas nas edições anteriores, e destaca alguns dos pronunciamentos mais relevantes da Procuradoria nos anos de 2020 e 2021, **realçando o verdadeiro serviço público de prestação de informações**.

Entre os artigos da temática direito, regulação do mercado financeiro e tecnologia, o primeiro deles trata do que o autor, Marcus Freitas Gouvea, intitula da regulação das finanças alternativas no Brasil, uma análise do *crowdfundig* e *peer-to-peer lending*, como explica o título. Faz um comparativo das regulações – Resolução CMN 4.656, de 26 de abril de 2018, e Instrução CVM 588, de 13 de julho de 2017, abordando ainda os perfis dos investidores, riscos operacionais e de crédito.

O segundo artigo nessa linha, de autoria coletiva de Rubia Carneiro Neves, Daniel Rodrigues Costa, Felipe de Almeida Lambertucci e José Marcelo de Castro Lima Filho, é intitulado *Pontuais Alterações na Estrutura do SPB para Implantar o SPI/Pix e Seus Benefícios para a População*. Como o próprio título do artigo deixa evidente, o trabalho investiga as alterações do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), mudanças regulatórias e de infraestrutura, de forma a permitir a construção do Sistema de Pagamentos Instantâneo (SPI) e o Pix.

Ainda o terceiro artigo da temática, *O Fenômeno da Desmaterialização dos Títulos de Crédito*, de Caio de Barros Santos e Henrique Perlatto Moura, cuida de descrever o processo de virtualização das relações negociais, na expressão dos títulos de crédito, discutindo sua validade jurídica, assinatura digital, as centrais de registro, custódia e liquidação, além da revisão dos princípios clássicos atinentes aos títulos.

Prosseguindo, agora já em temática diversa, o artigo de Marcos Dias de Oliveira, *O Papel do Inquérito do Banco Central em Casos de Liquidação Extrajudicial na Detecção de Crimes Financeiros*, procura avaliar o potencial do inquérito em instituições financeiras em liquidação extrajudicial, promovido pelo Banco Central, para a detecção de crimes econômicos, em especial a lavagem de dinheiro, e os caminhos para a constatação dos indícios de crimes.

Ainda na linha da lavagem de dinheiro, Carolina Pinheiro Cespedes, com *Coaf e Controles Internos: prevenção e combate à lavagem de dinheiro no sistema financeiro*, estuda as teorias e legislação sobre lavagem de dinheiro e o papel dos controles internos e da inteligência no combate e na prevenção a esse crime, realçando estatísticas e indicadores do que vem sendo feito no Brasil sobre a matéria.

No âmbito administrativo interno, André Lipp Pinto Basto Lupi e Silvana Fátima Mezaroba Bonsere, publicam *Processo Administrativo Sancionador do Banco Central: avanços e controvérsias*, explorando as alterações do regime da Lei 13.506, de 13 de novembro de 2017, penalidades, medidas cautelares, termo de compromisso, rito do processo, e as eventuais controvérsias sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central.

O artigo seguinte, de Bruno Felipe de Oliveira e Miranda, trata de tema polêmico, refletido já no título, *Estado Regulador de Exceção: uma reflexão sobre a atribuição de poderes emergenciais aos bancos centrais*. O autor examina a Emenda Constitucional 106, de 7 de maio de 2020, naquilo que concerne à atribuição de poderes excepcionais de atuação no mercado não bancário para o Banco Central, no cenário de pandemia do novo coronavírus, discutindo essa situação de quase-exceção e o teste de constitucionalidade que ela desafia.

Noutro giro, o artigo de Lucas Pereira Araujo e Ricardo Caieiro Ramos da Silva, *O Patrimônio Rural de Afetação e a Nova e Paradoxal Face do Crédito Rural*, investiga as novas disposições trazidas pela Lei 13.986, de 7 de abril de 2020, conhecida como “Nova Lei do Agronegócio”. Os autores estudam a nova modalidade de garantia estruturada pela lei, o patrimônio rural de afetação, com dados relacionados ao volume de concessão e inadimplência de crédito rural, nos últimos cinco anos, por meio de séries temporais do Banco Central, para concluir como desnecessária a imposição de risco novo ao produtor rural, capaz de retirá-lo da atividade agrícola.

O artigo seguinte, de Bianca Guimarães Silva e Thiago Paluma, com o título *O Direito de Remessas Familiares Transnacionais Eficientes e Seguras: desafios à governança global migratória*, trata do importante tema das remessas transnacionais como forma de efetivar o direito de migrar. Explora, ainda, a via possível da governança global, com o uso de instrumentos de *hard* e *soft law*, como forma de efetivar o direito de remessas seguras e eficazes.

Por último, mas não menos importante, na seção de artigos, Márcia Walquiria Batista dos Santos e Luís Pedro Ferreira Lima publicam *Serviços Públicos no Âmbito do Direito Administrativo Econômico*. Os autores dedicam-se a debater como os serviços públicos foram incorporados a deveres contraprestacionais assumidos pelo Estado no momento histórico marcado pelo declínio do liberalismo, realçando, desse modo, uma crise dos serviços públicos, que agora pode ser enfrentada no contexto do *e-governance*.

Inaugurando a seção de pronunciamentos da Procuradoria do Banco Central, verdadeira essência da prestação de serviço público, o Parecer Jurídico 66/2021-BCB/PGBC cuida de analisar o sugestivo tema da possibilidade de o Banco Central celebrar Termo de Compromisso (TC) conjuntamente com outras entidades da Administração Pública, observadas as esferas de atuação e as exigências legais específicas.

O Parecer Jurídico 169/2021-BCB/PGBC configura-se na prestação de informações a título de subsídios que foram submetidos ao Advogado-Geral da União para a defesa da Lei Complementar 179, de 24 de fevereiro de 2021, que dispôs sobre a autonomia do Banco Central e a exoneração do seu Presidente e Diretores, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.696/DF, no Supremo Tribunal Federal.

O Parecer Jurídico 417/2020-BCB/PGBC retorna ao tema do Termo de Compromisso (TC), cuidando de consulta sobre o acesso à informação, com base na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), de documentos e informações constantes do processo que analisa a proposta de acordo. O Parecer conclui que, suprimidas as hipóteses de segredo legal, deve-se fornecer ao cidadão, no âmbito do procedimento da LAI, além do inteiro teor do TC, também a decisão administrativa e eventual manifestação jurídica que veiculam os fundamentos de fato e de direito para a celebração do referido instrumento.

Ainda na linha do uso da LAI, o Parecer Jurídico 794/2020-BCB/PGBC debate a conduta a ser adotada no caso de solicitação de acesso a Processos Administrativos Sancionadores (PAS). Investiga as circunstâncias de acesso e do tratamento a eventuais informações sigilosas constantes do processo, além de tratar do impacto da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), à matéria.

Por fim, fechando a seção de pronunciamentos, a Petição 2148/2021-BCB/PGBC cuida de Memorial apresentado ao Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.407, que discute a possibilidade cobrança de tarifa pela disponibilização de cheque especial, questionando, portanto, a constitucionalidade do art. 2º, *caput* e §§ 1º e 3º, da Resolução 4.765, de 27 de novembro de 2019, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estabelecido o roteiro da primeira edição de 2021, aproveitem a leitura, ainda em casa, mas já em cenário de expressiva melhora da pandemia!

Leandro Novais e Silva  
Editor